

## RESPONSABILIDADE DEFINITIVA E O PRINCÍPIO DE POSSIBILIDADES ALTERNATIVAS: A SOLUÇÃO DE KANE AO PROBLEMA DE FRANKFURT

GABRIEL FERNANDES STEIMBRUCH<sup>1</sup>; JOÃO HOBUSS<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas – [gabriel.steimbruch@gmail.com](mailto:gabriel.steimbruch@gmail.com)

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas – [joao.hobuss@gmail.com](mailto:joao.hobuss@gmail.com)

### 1. INTRODUÇÃO

O problema da liberdade e do determinismo é um dos problemas mais antigos e difíceis da história da filosofia.

O que significa ser livre? É possível ser livre em um mundo completamente determinado pelos acontecimentos do passado? É possível ser responsável mesmo sendo determinado?

Diferentes maneiras de responder a essas perguntas originaram diferentes posições filosóficas a respeito do problema.

Podemos dividir o campo em três grandes posições: Os deterministas: defendem que a liberdade e, portanto, a responsabilidade não fazem sentido; os Libertaristas: defendem que para sermos responsáveis precisamos de uma Liberdade que seja incompatível com o determinismo; e, finalmente, os compatibilistas, que acreditam que podemos nos considerar livres o bastante para sermos responsáveis mesmo estando em numa cadeia causal que tenha sua origem no passado distante, e, portanto, que sejamos determinados pelo passado. Os Libertaristas e os deterministas sem juntam em oposição aos compatibilistas, são, nesse sentido, os incompatibilistas.

Veja bem, o que as três correntes aceitam em comum acordo é que para sermos responsáveis, precisamos, de alguma maneira, ser livres.

Para defender a sua posição, os libertaristas invocam um princípio que a primeira vista parece incontroverso, o princípio das possibilidades alternativas (PPA):

PPA: “Uma pessoa é responsável por suas ações apenas se pudesse fazer diferente do que fez” (WIDERKER; McKENNA, 2006. p2)

O PPA é de grande importância para os incompatibilistas, em especial os libertaristas, porque ele é analiticamente incompatível com o determinismo. Assim, o PPA é uma “pedra no sapato” dos compatibilistas.

Para resolver esse problema, em 1969 o filósofo Harry Frankfurt escreve um artigo que muda a direção da discussão de maneira importante.

Ainda que o PPA pareça intuitivamente correto, Frankfurt argumenta que ele não é necessário para responsabilidade. Para isso, o filósofo invoca o princípio da responsabilidade definitiva (RD). Frankfurt afirma que nas situações que normalmente invocamos o PPA, também está envolvido o princípio RD. Frankfurt imagina um tipo especial de situação:

“IRR: Podem haver circunstâncias que de maneira nenhuma provoquem ou levem uma pessoa a agir; ainda assim, essas mesmas circunstâncias tornam impossível que o agente aja diferentemente.” (WIDERKER; McKENNA, 2006. p3)

O presente trabalho objetiva apresentar uma possível resposta a Frankfurt. Resposta esta que se origina do trabalho do filósofo Robert Kane. Kane analisa o princípio RD e demonstra que este implica o PPA.

## 2. METODOLOGIA

A metodologia utilizada para o presente trabalho é uma revisão bibliográfica em conjunto com uma síntese dialética.

Buscou-se uma compreensão mais aprofundada do assunto a partir do livro “A Contemporary Introduction to Free Will” (KANE, 2005) e em uma coletânea de textos sobre o PPA, inspirada pelo artigo de Frankfurt, chamada “Moral Responsibility and Alternative Possibilities” (WIDERKER; McKENNA, 2006).

Com apoio na introdução de Widerker e McKenna, relacionou-se a análise de RD que Kane expõe em seu livro, ao o tipo de situação especial imaginada por Frankfurt. Intentamos demonstrar que a análise Kaneana é suficiente para, ao menos, enfraquecer seriamente o argumento de Frankfurt.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para ilustrar as situações IRR, Frankfurt desenvolve alguns exemplos. Exporemos aqui o mais genérico deles:

“Suponha que alguém, vamos chamá-lo de Black, quer que Jones execute uma certa ação. Black está preparados para tomar medidas consideráveis que garantam que Jones faça o que Black quer. Mas Black prefere não mostrar sua mão desnecessariamente. Então ele espera até que Jones esteja prestes a se decidir, e ele não faz nada até que lhe esteja claro (Black é um excelente juiz de caráter) que Jones irá decidir algo diferente do que ele quer que Jones faça. Se ficar claro que Jones agirá diferentemente do que ele quer, Black agirá de maneira a garantir que Jones decida fazer, e faça, o que Black quer. Quaisquer que sejam as preferências e inclinações de Jones, Black garantirá que ele faça o que Black quer... Agora suponha que Jones faça por si só o que Black quer e Black, portanto, não precise agir.” (WIDERKER; McKENNA, 2006. p3)

As situações IRR são situações onde o agente não possui possibilidades alternativas e parece claro que o agente é responsável por sua ação. Frankfurt pretende demonstrar que possibilidades alternativas não são importantes para a responsabilidade. O que importa é se a ação partiu do agente ou se originou de qualquer outro ponto. Não é, portanto, o PPA que é crucial para a responsabilidade, e sim o princípio RD.

A conclusão de Frankfurt parece ter implicações importantes. Na introdução de uma coletânea de textos sobre o PPA, chamada “Moral Responsibility and Alternative Possibilities”, os filósofos Widerker e McKenna apontam algumas dessas implicações:

“1- Tanto os compatibilistas e incompatibilistas são afetados em seu entendimento de Liberdade da Vontade, pois ambos aceitavam o PPA. Como

entender a liberdade agora? O exemplo de Frankfurt aponta que o importante é o princípio RD, mas como articulá-lo?

2- A conclusão de Frankfurt mina um argumento clássico a favor dos incompatibilistas, que afirma:

I- Um agente é moralmente responsável apenas se pudesse fazer diferente. (PPA)

II- Se o determinismo é verdadeiro ninguém pode agir diferente.

III- Portanto, se o determinismo é verdadeiro, nenhum agente é moralmente responsável pelo que faz.

3- A situação dialética mudou. Com PPA os compatibilistas estavam em uma situação delicada. Depois de Frankfurt a posição mudou.

Se o argumento de Frankfurt é sólido, sobra aos incompatibilistas e Libertaristas explicarem porque, num mundo determinista, os agentes não são responsáveis.” (WIDERKER; McKENNA, 2006. p6)

Frankfurt ataca o PPA e parece abalar seriamente a posição dos incompatibilistas. No entanto, o filósofo invoca o princípio RD para atacar PPA e toma RD dogmaticamente. Será que após uma análise de RD, as conclusões de Frankfurt se mantêm intactas? É o que Robert Kane vai nos ajudar a descobrir.

Kane, filósofo americano, em seu livro “A contemporary Introduction to Free Will”, Kane faz uma análise do princípio RD e chega a algumas conclusões interessantes, mas primeiro, vejamos como Kane define RD:

“A idéia básica é essa: Para ser definitivamente responsável por uma ação, o agente deve ser responsável por qualquer coisa que seja uma razão suficiente, causa, ou motivo para o ocorrimto de uma ação. Se, por exemplo, uma escolha se origina de, e pode ser suficientemente explicada pelos, motivos e caráter do agente (junto com as condições da situação), então para ser definitivamente responsável por sua escolha,, o agente deve ser em parte responsável, por causa de ações e escolhas tomadas no passado, por ter o caráter e os motivos que ele ou ela têm agora.” (KANE, 2005. p121)

No entanto, se para ser responsável por ser caráter e escolhas, um agente deve ter sido responsável pelas ações que os formaram, então, no momento da formação, se essas ações tiveram causas e motivos anteriores, para ser responsável por essas causas e motivos o agente tem que ter sido responsável por possíveis ações anteriores e... assim por diante, num regresso vicioso.

‘Esse regresso tem um papel importante em argumentos céticos contra a liberdade da vontade.’ (KANE, 2005)

No entanto, como Kane aponta:

“Esses argumentos céticos demonstram que há um possível regresso vicioso aqui, mas é verdadeiramente um regresso apenas se cada uma de nossas ações ou escolhas voluntárias no passado tiveram causas ou motivos suficientes para ocorrerem. Então o regresso continuaria, requerendo que fossemos responsáveis por cada uma dessas causas e motivos. Portanto, o regresso potencial nos mostra que vontade livre é possível apenas se algumas das escolhas ou atos voluntários em nossa vida não tiveram causas ou motivos suficientes que requereriam que houvésemos formado-os por escolhas e ações anteriores” (KANE, 2005. p122)

Essa é a primeira consequência importante de RD. ‘O possível regresso nos diz que, se a vontade livre requer uma responsabilidade definitiva, no sentido de RD, então liberdade da vontade é incompatível com o determinismo’ (KANE, 2005).

As causas de nossas ações não estarem pré-determinadas podemos entender, pois a causa da ação pode ser nosso próprio corpo, ou nós mesmos.

Assim a liberdade da ação não parece problemática. Mas e a liberdade da vontade? O que significa nossos motivos não estarem pré-determinados? Como podemos ser responsáveis pela formação de nossa vontade?

Respondendo a essa pergunta, Kane invoca o conceito de ações formadoras da vontade. Para parar o regresso, no tocante à vontade, o filósofo afirma que devemos ser definitivamente responsáveis por decisões importantes, para as quais não tenhamos motivos suficientes para decidir. Nesse momento, afirma Kane, devemos decidir racionalmente. Mas para isso é necessário que possamos agir de diferentes maneiras racionalmente, voluntariamente e intencionalmente, é o que Kane denomina “Condições de Pluralidade”:

“Vamos usar o termo “condições de pluralidade” para descrever esses requerimentos de voluntariedade, racionalidade e intencionalidade em-mais-de-uma-maneira(ou plural). Tais condições de pluralidade parecem estar profundamente enraizadas em nossas intuições sobre escolha e ação livres. A maior parte de nós assume naturalmente que liberdade e responsabilidade seriam deficientes se fosse sempre o caso que pudéssemos agir de outra forma apenas acidentalmente ou por erro, sem intenção ou involuntariamente.” (KANE, 2005. p128)

As condições de pluralidade abarcam o PPA. Assim, RD implica PPA. Isso significa que não apenas que a Liberdade da Vontade é incompatível com o determinismo, mas também a ideia de responsabilidade baseada no princípio da RD. Princípio esse que parece essencial aos exemplos de Frankfurt.

#### 4. CONCLUSÕES

Concluimos que uma pesquisa mais aprofundada sobre o princípio da Responsabilidade Definitiva e sua conexão com o princípio das Possibilidades Alternativas é essencial para uma melhor clarificação e entendimento da noção de responsabilidade.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

KANE, R. **A Contemporary Introduction to Free Will**. Nova York: Oxford University Press, 2005.

WIDERKER, D. McKENNA, M. **Moral Responsibility and Alternative Possibilities**. Aldershot: Ashgate Publishing Limited, 2006.